

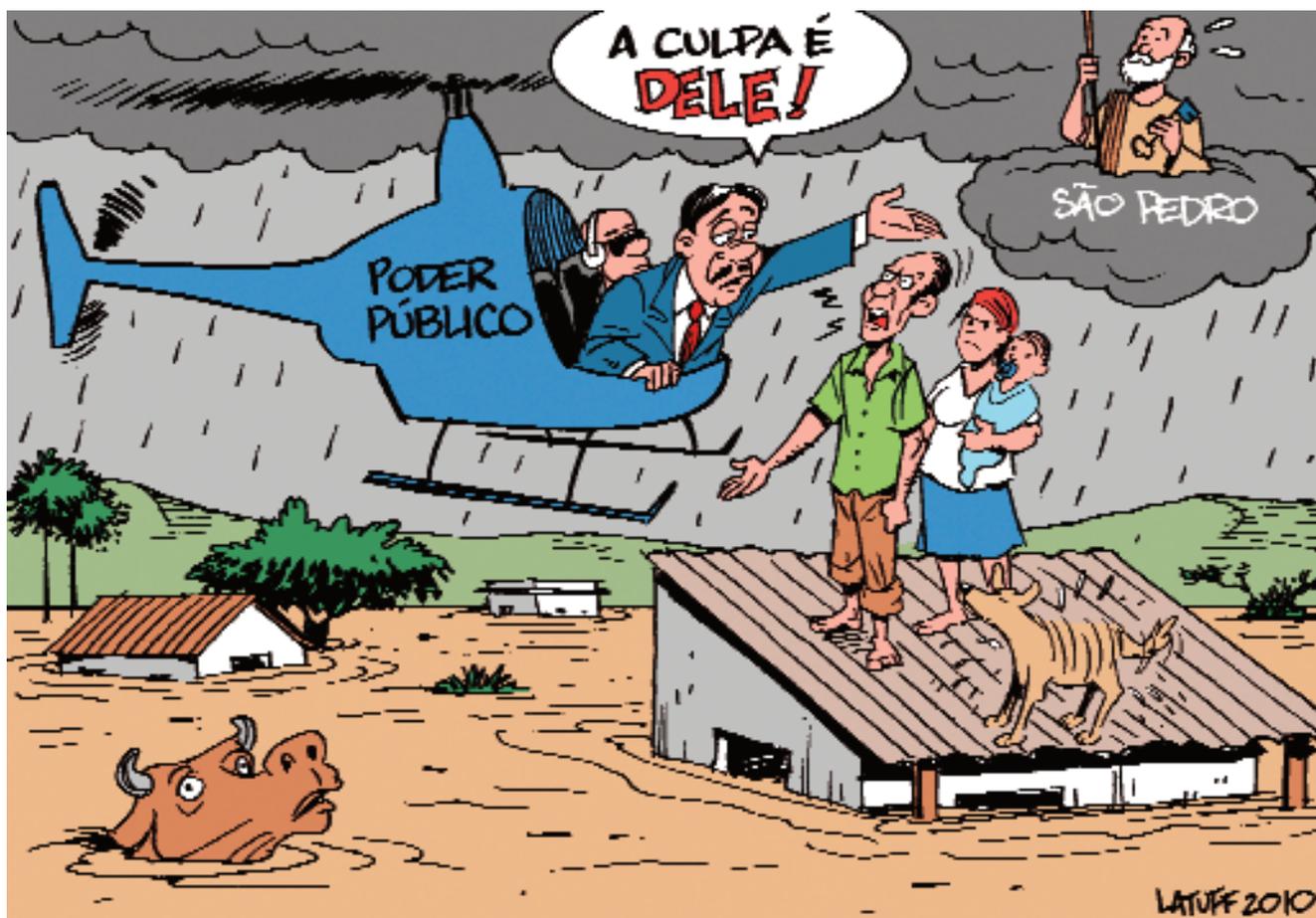
Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros

JORNAL DA fisenge

CUT UAI
global
union

Ano V nº 40
junho - 2010

Entrevista
Maria Lúcia Fattorelli
Coordenadora do Movimento pela
Auditoria Cidadã da Dívida Pública
Página 8



Inundações e desabamentos. De quem é a culpa?

Diversos Estados do País vêm sofrendo com as fortes chuvas. A tragédia mais recente aconteceu no Nordeste, embora Rio de Janeiro e Santa Catarina já tenham passado por episódios semelhantes. Milhares são os desabrigados, centenas os mortos e incalculáveis os prejuízos. Estes fatos refletem a falta de planejamento urbano e o inconsequente sucateamento do setor nas décadas de 1980 e 1990. Com o objetivo de esmiuçar os números e propor políticas de Estado para setores de infraestrutura que envolvem a engenharia, o Senge-PR, em parceria com a Fisenge, o Dieese e o Crea-PR, promoveu o I Seminário Nacional sobre Investimentos Públicos.

Página 4 e 5

Avança luta pela transposição dos servidores estaduais para o quadro federal

A luta pela transposição dos servidores públicos do quadro estadual para o federal, em Rondônia, deu mais um passo. Em junho, o presidente Lula sancionou a Lei 12.279, que

garante a mudança. De acordo com o presidente do Senge-RO, a transposição traz importantes ganhos para o Estado e para o funcionalismo.

Página 3

ENTREVISTA MARIA LÚCIA FATTORELLI

“O endividamento representa o principal problema nacional”

Já passa de R\$2 trilhões a dívida interna brasileira, de acordo com informações do Banco Central, enquanto a dívida externa gira em torno de US\$280 bilhões. Com o objetivo de fiscalizar, compreender e denunciar o processo de endividamento do País, foi criado o Movimento pela Auditoria Cidadã da Dívida Pública, do qual a Fisenge participa, com a indicação do diretor Valter Fanini como representante suplente. Para explicar números, políticas econômicas e avanços sociais, o *Jornal da Fisenge* entrevistou a coordenadora do movimento, Maria Lúcia Fattorelli, auditora fiscal da Receita Federal desde 1982 e também membro da Comissão para a Auditoria Integral de Crédito Público do Equador, criada pelo presidente Rafael Correa em 2007.

Como está a situação da dívida externa brasileira e quanto foi pago nos últimos anos?

No Brasil – e em vários outros países da América Latina – a dívida externa foi em grande parte transformada em dívida interna e continua sendo a principal responsável pelas desigualdades e injustiças sociais do continente. No Brasil, de 2000 a 2009, foram pagos R\$ 1.914 trilhão em juros e amortizações das dívidas interna e externa (sem contar o “refinanciamento”, ou seja, o pagamento de amortizações por meio da emissão de novos títulos), o que representou mais de 30% de todos os gastos federais no período. Isso ocorre devido à política econômica atual, que está estruturada para privilegiar o pagamento da dívida financeira, em detrimento do atendimento às necessidades sociais. Atualmente, a dívida interna brasileira, que está em grande parte nas mãos de estrangeiros, já ultrapassa a marca de R\$2 trilhões em maio/2010, conforme informações do Banco Central do Brasil (BCB), e a externa alcançou US\$282 bilhões ao final de 2009, sendo que ambas consumiram, em 2009, R\$ 380 bilhões de recursos para o pagamento, principalmente, de juros, o que corresponde a 35,57% do orçamento da União.

O Equador decretou a moratória temporária da dívida. É possível tal desdobramento no Brasil?

Após a certificação da validade jurídica, o Equador fez uma proposta aos detentores dos títulos da dívida externa (Bônus Global 2012 e 2030) de reconhecer

no máximo 25 a 30% do valor de face dos mesmos, procedendo à sua recompra e extinguindo cerca de 70% da dívida externa daquele país com os bancos privados internacionais. A atitude equatoriana foi uma lição de soberania ao mundo todo e demonstrou que, quando há vontade política, podem ser tomadas atitudes de enfrentamento do mercado financeiro, especialmente no momento atual, em que as instituições financeiras internacionais se encontram com sua credibilidade bastante comprometida, diante das fraudes que provocaram a atual crise financeira.

Como surgiu o movimento pela auditoria cidadã da dívida?

A Constituição Federal de 1988 prevê a realização da auditoria da dívida externa, conforme artigo 26 do ADCT. Em face do descumprimento reiterado do referido dispositivo, aliado ao agravamento da situação social no País, a sociedade civil realizou, no ano 2000, o Plebiscito Nacional sobre a Dívida Externa, em que mais de 6 milhões de pessoas votaram pelo não pagamento da dívida sem a realização da auditoria prevista na Constituição. Respaldados no resultado deste importante clamor popular, foi instituído o movimento social denominado Auditoria Cidadã da Dívida, que reúne entidades da sociedade civil e voluntários para desenvolver estudos técnicos, investigações e publicações, participar de fóruns nacionais e internacionais, tendo integrado a comissão de auditoria oficial do Equador e a recente CPI da Dívida Pública na Câmara dos Deputados.



Foto: Arquivo pessoal

De que maneira a auditoria pode respaldar políticas públicas?

A auditoria da dívida é um instrumento fundamental para que o Estado possa enfrentar o problema do endividamento, na medida em que possibilita a documentação das ilegalidades e ilegitimidades, permitindo a revisão de contas e aumentando significativamente a destinação de recursos para as áreas sociais e investimentos geradores de emprego. A auditoria também servirá para demonstrar como a política econômica atual está estruturada para privilegiar o pagamento da dívida financeira, em detrimento do atendimento às necessidades sociais. Baseada na produção de superávit primário (com aumento de tributos e cortes de gastos sociais), no regime de metas de inflação (que equivocadamente elegeu as taxas de juros como único instrumento de controle da inflação) e no livre fluxo de capitais (que permite movimentos especulativos), a atual política econômica colocou o Brasil a serviço dos interesses do “mercado”, pois tem alimentado a manutenção de elevadas taxas de juros e o acelerado crescimento da dívida pública, aumentando o fosso social vigente em nosso país. A sociedade que tem recebido serviços públicos insuficientes e políticas sociais mitigadas (como o Bolsa-Família), tem o direito de saber que está pagando mais de R\$ 1 bilhão por dia de uma dívida financeira nunca auditada. A Auditoria Cidadã procura denunciar esse fato e mobilizar a sociedade, pautando o tema em debates, publicações, site e demais oportunidades. Mais informações no site: www.divida-auditoriacidada.org.br